



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(da Sra. Professora Marcivânia)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a ingerência do Poder Executivo em assuntos de natureza técnica ou científica no âmbito da Administração Pública.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público para debater a atual ingerência do Poder Executivo em assuntos de natureza técnica ou científica no âmbito da Administração Pública.

Dentre as diversas ações do Governo Federal que interferem diretamente em assuntos técnicos ou científicos, destacam-se: as alterações do questionário do Censo Demográfico às vésperas de sua realização; o embargo do 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); a nomeação de reitores universitários em discordância com a indicação do colegiado universitário; o desmonte de políticas públicas na área ambiental e de segurança alimentar, desconsiderando relevantes estudos científicos sobre o tema.

Com a convicção de que a adoção de políticas públicas por qualquer governo democrático deve apoiar-se em base sólida, provida de estudos técnicos e científicos de caráter apartidário, proponho o debate do tema em Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, a ser realizada no mês de agosto de 2019.

Os convidados serão indicados oportunamente.

Deputada Professora Marcivânia

PCdoB/AP



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

JUSTIFICATIVA

Esta Presidência recebeu manifestação contrária à “*atuação do governo federal contra as instâncias e protocolos de validação técnico-científica e de governança de programas de órgãos do Estado Brasileiro*”, subscrita pelas associações: *Associação dos Funcionários do IPEA/Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA (AFIPEA)*; *Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES)*; *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)*; *Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (ASFOC)*; *Associação dos Servidores Federais da Área Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (ASIBAMA-RJ)*; *Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas (ASSIBGE-SN)*; Fórum de C&T.

No documento, as entidades denunciam o desprezo do atual Governo Federal pelas evidências técnicas e científicas que embasam várias estruturas administrativas, ações e programas no Estado Brasileiro. A ingerência do Poder Executivo encontra alcance na nomeação de reitores de universidades públicas, a despeito da indicação da comunidade universitária, chegando ao corte de verbas para a produção de pesquisas e de conhecimento. Outrossim, várias são as ocasiões em que o Poder Executivo voltou-se contra gestores do BNDES, ameaçando o futuro do maior fomentador de desenvolvimento do Brasil.

A área ambiental também vem sendo alvo das ações corrosivas do governo. Diversos programas da pasta perderam recursos, sendo que aquele destinado às mudanças climáticas foi praticamente extinto – em consonância com a intenção do Presidente Bolsonaro de retirar o Brasil do Acordo de Paris. As gestões do IBAMA, do ICMBio e do INPE sofrem difamações, e suas posições técnicas são ignoradas ou ridicularizadas. Esse governo midiático expõe as opiniões pessoais de seus membros, que desconsideram evidências científicas e, ao que parece, buscam distorcer a realidade para que reflitam suas teorias. É o que demonstra o embargo ao 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, desenvolvido pela FIOCRUZ.

Entretanto, convém lembrar que a ciência não se curva a posições políticas e ideológicas. Os servidores públicos, técnicos, professores, cientistas do nosso País são capacitados a promover o conhecimento que faz uma nação crescer de uma forma sustentável, digna e fraterna.